

CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL 1999 a 2006

Alexandre Magno Alves Diniz¹

Felipe de Ávila Chaves Borges²

Resumo: A criminalidade nos países latino-americanos transformou-se, nas últimas décadas, em um dos principais problemas vividos por seus habitantes. Estudiosos de diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre tal fenômeno em função de sua complexidade social, cultural, econômica, demográfica, bem como suas implicações sobre a saúde pública. A Geografia, no entanto, começou a explorar a dimensão espacial da criminalidade recentemente, através da Geografia do Crime, trazendo importantes contribuições. Desta forma, o presente estudo visa apresentar a evolução espacial da incidência de óbitos por homicídios nos municípios brasileiros entre os anos de 1998 e 2007, buscando responder às seguintes inquietações: estariam as taxas de homicídio se redistribuindo no espaço brasileiro? Qual o papel das regiões metropolitanas e das cidades médias neste processo? Para atingir tal propósito trabalhar-se-á com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do SUS (Datapus/MS). O número de óbitos por homicídio será submetido à construção de taxas por 100 mil habitantes e, posteriormente, mapeadas e analisadas com o auxílio dos Sistemas de Informações Geográficas e de técnicas de estatística espacial. Diante dos produtos apresentados poder-se-á entender melhor a dinâmica espacial dos homicídios, revelando padrões comportamentais e áreas de concentrações e desconcentração espacial.

Palavras-Chave: Brasil, Homicídios, Geografia do Crime, Rede Urbana

¹ Professor Adjunto – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PUCMinas – dinizalexandre@terra.com.br

² Graduando em Geografia – PUCMinas. Bolsista FAPEMIG – felipeacborges@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

Os problemas relativos à violência vêm ganhando relevo em nossa sociedade incitando, assim, o desenvolvimento de vários estudos. Diante da magnitude e seriedade do fenômeno, diversos estudiosos passaram a considerar a violência como um problema de saúde pública (DAHLBERG & KRUG, 2006; SCHRAIBER *et al.*, 2006, SOUZA, 1994).

Com o aprimoramento de ferramentas de análise espacial, a múltipla contribuição da ciência geográfica à sociedade propiciou a ampliação das abordagens em seus estudos. Desta forma, a investigação pela dinâmica geográfica dos crimes revela-se como uma fecunda área da Geografia (LACERDA *et al.*, 2008).

Levando-se em conta tais considerações, analisar-se-á a dinâmica tempôro-espacial dos homicídios nos municípios brasileiros, entre os anos de 1998 e 2007, buscando-se identificar possíveis padrões espaciais do fenômeno.

O presente estudo possui grande relevância dado que a violência vem se constituindo em um importante agente de transformação e reorganização geográfica, modificando o espaço e suas significações (DINIZ *et al.*, 2003). Não menos importante é o fato de o presente estudo revestir-se de grande valia, uma vez que subsidia a implantação de políticas públicas de segurança e combate à criminalidade, identificando áreas de maior propensão a homicídios.

Além disso, o aspecto quantitativo e a complexidade dos diversos aspectos sociais, econômicos, demográficos, e de saúde pública aos quais o fenômeno estudado condiciona e é também condicionado torna o trabalho de grande relevância social e intelectual.

Para a materialização dos objetivos do presente estudo, inicialmente realizaremos uma explanação acerca do fenômeno estudado, seguido de uma descrição da metodologia adotada. Posteriormente, apresentaremos e analisaremos os resultados, e, por fim, teceremos algumas considerações finais ressaltando os resultados obtidos, o alcance dos objetivos e a relevância final do trabalho.

2 - MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS: HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS

Antes de avançarmos, é mister identificar e definir alguns conceitos e categorias basilares à presente análise, quais sejam: criminalidade e mortalidade por causas externas, categoria na qual se inserem os homicídios.

A criminalidade é um fenômeno que há muito persiste na sociedade e desperta o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas (FÉLIX, 2002). Durkheim (1995) apontava o crime como um fenômeno recorrente em todas as sociedades, tratando-o como algo aparentemente “normal” e necessário.

Dos filósofos morais, o que mais demonstrou preocupação com o fenômeno da criminalidade foi o utilitarista Jeremy Bentham, através da relação entre criminalidade e a resposta ótima do governo para combatê-la (EHRlich, 1996).

Dado a complexidade do fenômeno criminal, o mesmo demanda estudos empíricos que abordem eixos de diferentes ciências, uma vez que a temática em questão exige uma abordagem multidisciplinar para sua melhor compreensão (LACERDA *et al.*, 2008).

Neste mesmo contexto, Zaluar (1996) em pesquisa a respeito da globalização do crime, assevera que a criminalidade não pode ser explicada linearmente através de uma relação de causa e efeito, mas deve-se levar em consideração fatores que criam condições para a eclosão de uma cadeia de efeitos entrecruzados.

Insta ressaltar que o tratamento espacial da criminalidade difere-se das abordagens sociológicas e psicológicas ao deslocar o foco da análise dos criminosos para os delitos, explorando o contexto e padrões espaço-temporais no qual a violência ocorre (BEATO, 1998).

Percebe-se que nas últimas décadas a temática criminal tornou-se um dos mais debatidos temas, configurando-se como um dos fenômenos que mais afligem os habitantes das grandes cidades no Brasil (ADORNO, 1994). O aumento da criminalidade causa inúmeros efeitos negativos e seus prejuízos ultrapassam aqueles causados às vítimas diretas, incorrendo também em prejuízos de ordem econômica e social.

Muitos autores vêm destacando o papel dos ambientes urbanos no aumento da criminalidade. Segundo Macedo *et al.* (2001), os ambientes urbanos são espaços privilegiados para a ocorrência de relações sociais e também de mortes violentas, uma vez que nesses espaços encontra-se um alto gradiente populacional, impessoalidade das relações, bem como a competitividade entre indivíduos e o fácil acesso a armas de fogo.

Numerosos estudos dão conta da relação entre crime e desorganização social (SAMPSON e GROVES, 1989; MIETHE *et al.* 1991; WARNER e PIERCE; 1993). Embora muitos trabalhos busquem relações entre os condicionantes socioeconômicos e a criminalidade, esta linha de raciocínio gera polêmicas e calorosos debates no meio acadêmico (PEREZ *et al.* 2008). Souza *et al.* (1997) e Szwarcwald *et al.* (1999) apontam para a inconsistência e discordância entre pesquisas que abordam tais relações.

Entre as atividades criminais que mais chamam a atenção na sociedade moderna está o homicídio. Este tipo de delito está inserido nas mortes por causas externas, na proposta de Classificação Internacional de Doenças. As mortes por causas externas compreendem aquelas em que o óbito não ocorre por meio natural, mas sim por acidentes e lesões intencionalmente provocadas. Tais mortes enquadram-se no Capítulo XX, da Classificação Internacional de Doenças, décima revisão (MELLO JORGE *et al.*, 2007).

Nóbrega (2009) afirma que os homicídios não podem ser considerados *proxy* para violência, pois suas causas e vitimização são próprias. Destarte, a inclusão de outros tipos de delito na investigação, pode acarretar em distorção dos resultados encontrados.

Peres e Santos (2005) mostram que aproximadamente 33% dos óbitos por causas externas na década de 1990 foram causados por homicídios, destacando o aumento do papel das armas de fogo nestes delitos. A evolução deste fenômeno abarcou tanto o gênero masculino como o feminino.

Ao passo que Andrade e Lisboa (2000), ao analisarem os homicídios em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo entre 1981 e 1997, verificaram a existência de relação entre a evolução dos homicídios com variáveis econômicas, Nóbrega (2010) verifica que, apesar das condições socioeconômicas terem melhorado nos últimos anos na Grande Região

Nordeste brasileira, as taxas de homicídios vêm crescendo ano a ano, desde, pelo menos, o ano de 1996.

Estudos recentes mostram que os homicídios não se distribuem de forma homogênea no espaço (LIMA *et al.*, 2002; CANO E RIBEIRO, 2007; SOARES FILHO *et al.*, 2007; DINIZ *et al.*, 2010; KLEINSCHMITT *et al.*, 2010). Da mesma forma, a distribuição espacial do fenômeno homicida entre os diferentes gêneros e idade ocorre heterogeneamente (DINIZ *et al.* 2010, KLEINSCHMITT *et al.*, 2010).

No que tange as faixas etárias, percebe-se que as maiores taxas de homicídio no Brasil abarcam jovens entre 15 e 29 anos (WAISELFISZ, 2010). Carvalho (2002) indica o uso de drogas e lutas entre gangues como grandes responsáveis pela mortalidade por homicídio entre os jovens.

A mortalidade por homicídio entre indivíduos do sexo feminino ocorre com menor frequência no Brasil quando comparado ao sexo masculino (WAISELFISZ, 2010). Kleinschmitt *et al.* (2010) aponta que os atos criminais entre as mulheres ocorrem com menor frequência por serem resultados de conflitos de ordem “privada”.

Diniz *et al.* (2010) indicam que os homicídios no universo feminino estão, na maioria das vezes, ligados a crimes sexuais, violência doméstica e crimes passionais. Tais crimes estão relacionados principalmente a fatores culturais, bem como à fragilidade das vítimas.

A respeito dos homicídios entre homens, em mapeamento recente dos homicídios no Brasil, Waiselfisz (2010) afirma que no ano de 2007 92,1% das mortes ocorridas por homicídio no país atingiram este segmento da população.

O mapeamento de Waiselfisz ainda aponta outra importante constatação. Segundo o sociólogo, o país vem sofrendo uma desconcentração na incidência de homicídios. Se antes as capitais e regiões metropolitanas eram as áreas mais afetadas pelo fenômeno, atualmente os municípios interioranos tendem a ser mais assolados por este tipo de violência.

Como possíveis causas para esta desconcentração, o autor indica a urbanização e o aumento populacional de cidades interioranas. Além disso, outro fator que possibilitou tal desconcentração diz respeito à efetividade das políticas públicas de segurança instaladas nas regiões metropolitanas.

Assim, adotando uma metodologia que leve em conta a distribuição etária no país, bem como a tendência temporal do fenômeno, fica latente a necessidade de se estudar os homicídios no conjunto de municípios brasileiros.

3 – METODOLOGIA

Os aspectos de interesse para o presente estudo estão contidos na Classificação Internacional de Doenças - CID-10, em seu Capítulo XX, onde são definidas as “causas externas de morbidade e mortalidade”. Dentre as causas de óbito estabelecidas pela CID-10, foram utilizados os agrupamentos de X85 a Y09, que recebem o título genérico de “Agressões”. Esse capítulo caracteriza-se pela presença de agressões ocasionadas por terceiros, que se utiliza de quaisquer meios para provocar danos, lesões ou a morte da vítima.

Os dados utilizados são oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), sob co-gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) e do Departamento de Informática do SUS (DATASUS/MS), do Ministério da Saúde; tendo sido considerados os dados referentes aos óbitos por faixa etária (intervalo de cinco anos) e totais para cada município brasileiro.

Para a produção de taxas brutas anuais foram utilizados os dados de população do IBGE da população total das faixas etárias em estudo (estimativas populacionais), sendo estes disponibilizados através do Datasus/Ministério da Saúde. Cabe ressaltar que todos os dados coletados se referem aos anos compreendidos de 1998 a 2007.

Com uma escala temporal de 10 anos, ano a ano, era de se esperar emancipações de municípios ao longo do território brasileiro. Desta maneira, encontrar-se-iam municípios que, em um dado ano existiriam e, em outros anos, não. Com este fato confirmado, foi feita uma redistribuição dos dados das populações e homicídios dos municípios que surgiram depois do ano 2000 (ano no qual foi confeccionada a base cartográfica utilizada no presente trabalho).

A distribuição dos dados destes municípios foi feita proporcionalmente aos dados dos municípios dos quais esses se emanciparam. Ou seja, os municípios que se emanciparam de apenas um município, tiveram seus dados totalmente somados ao segundo. Já os municípios que se emanciparam de dois ou mais municípios teve seus dados distribuídos proporcionalmente aos

dados de população e homicídios dos municípios dos quais se emanciparam. Vale ressaltar que essa distribuição proporcional foi feita em cada uma das faixas etárias trabalhadas.

Após a coleta e organização do banco de dados, passou-se para a etapa de tratamento dos mesmos. Foram elaboradas taxas específicas de homicídios por 100 mil habitantes para cada grupo etário além da taxa bruta da população total.

Todavia, sabe-se que o fenômeno estudado é altamente influenciado por faixas etárias que abarcam a população jovem. Assim, a taxa bruta obtida para a população total não é suficiente para se realizar uma comparação entre os municípios, uma vez que, entre eles, há um diferencial de níveis na distribuição etária. Para tanto, faz-se necessário uma padronização da distribuição etária das populações trabalhadas, para obtermos, com maior fidedignidade, o risco ao qual se encontram as populações em questão.

O método de padronização consiste em “controlar ou isolar o efeito de determinadas características que estejam afetando a comparação, através de medidas-síntese, dos níveis de uma variável entre populações diferentes” (CARVALHO, SAWYER E RODRIGUES, 1998).

A padronização pode ocorrer de forma direta ou indireta. Para a realização da padronização direta é necessário dispor o total de eventos, distribuídos por grupos de idade, e também a distribuição etária das populações estudadas além de adotar uma distribuição etária padrão.

De posse de todos os dados enumerados anteriormente, a padronização direta se torna a forma mais eficaz de controlar ou isolar os efeitos das diferentes distribuições etárias.

A distribuição etária padrão utilizada se refere à população total brasileira, uma vez que esta engloba todos os municípios trabalhados. Como resultado da padronização, obteve-se taxas brutas padronizadas por grupo etário. A soma destas taxas propiciou o encontro de taxas brutas padronizadas para o total das populações estudadas.

Com as taxas brutas padronizadas em mãos, percebeu-se que, principalmente nos municípios dotados de baixa população, as mesmas apresentavam consideráveis oscilações aleatórias. Na tentativa de minimizar tais oscilações, foram adotadas médias móveis tri anuais com intuito de melhor

compreender as tendências temporais do fenômeno. Neste processo o coeficiente alisado do ano i (Y_{ai}) correspondeu à média aritmética dos coeficientes no ano anterior ($i-1$), do próprio ano (i) e do ano seguinte ($i+1$):

$$Y_{ai} = (Y_{i-1} + Y_i + Y_{i+1})/3.$$

A etapa seguinte constituiu-se na elaboração de mapas através do software ArcGis 9.3, a fim de se visualizar e analisar a distribuição espacial das taxas médias de homicídios no Brasil. Elaborou-se mapas coropléticos retratando a distribuição das taxas globais bayesianas padronizadas das populações dos municípios brasileiros nos anos analisados. Tais mapas foram organizados em dois mosaicos contendo cinco mapas cada (figuras 1 e 2).

Entretanto, para se comparar os mapas entre si, os intervalos empregados em cada um dos mapas elaborados devem ser os mesmos. Para tanto foi calculado, através do ArcGis as quebras naturais (Natural Breaks) de cada ano analisado. Posteriormente foi feita uma média simples dos valores máximos encontrados nos intervalos de cada ano estudado. O valor encontrado através desta média foi utilizado como valor máximo de cada classe utilizada, excetuando a última classe no qual o valor máximo utilizado foi o valor da maior taxa encontrada no país ao longo dos anos estudados.

Utilizando as taxas médias confeccionadas, foram calculadas as médias das mesmas através do software estatístico SPSS 16.0. Trabalhou-se as taxas de acordo com o gradiente populacional dos municípios. Assim foram elaboradas as médias das taxas médias de homicídios para municípios com população até 20 mil habitantes; de 20,1 mil a 50 mil; 50,1 mil a 100 mil; 100,1 mil a 500 mil; de 500,1 a 1 milhão e maior que um milhão de habitantes, assim como para a população total brasileira. Para a confecção do gráfico foi utilizado o software Microsoft Office Excel 1997.

RESULTADOS

Ao se analisar a dinâmica espaço-temporal das taxas de homicídios nos municípios brasileiros percebem-se alguns padrões espaciais, com a revelação de áreas de maior e menor risco de ocorrência do fenômeno.

Destarte, ao longo dos anos, percebem-se áreas consolidadas pela violência e tendências de concentração ou desconcentração do fenômeno.

Evolução das Taxas Médias de Óbitos por Homicídio nos Municípios Brasileiros - 1999 a 2002

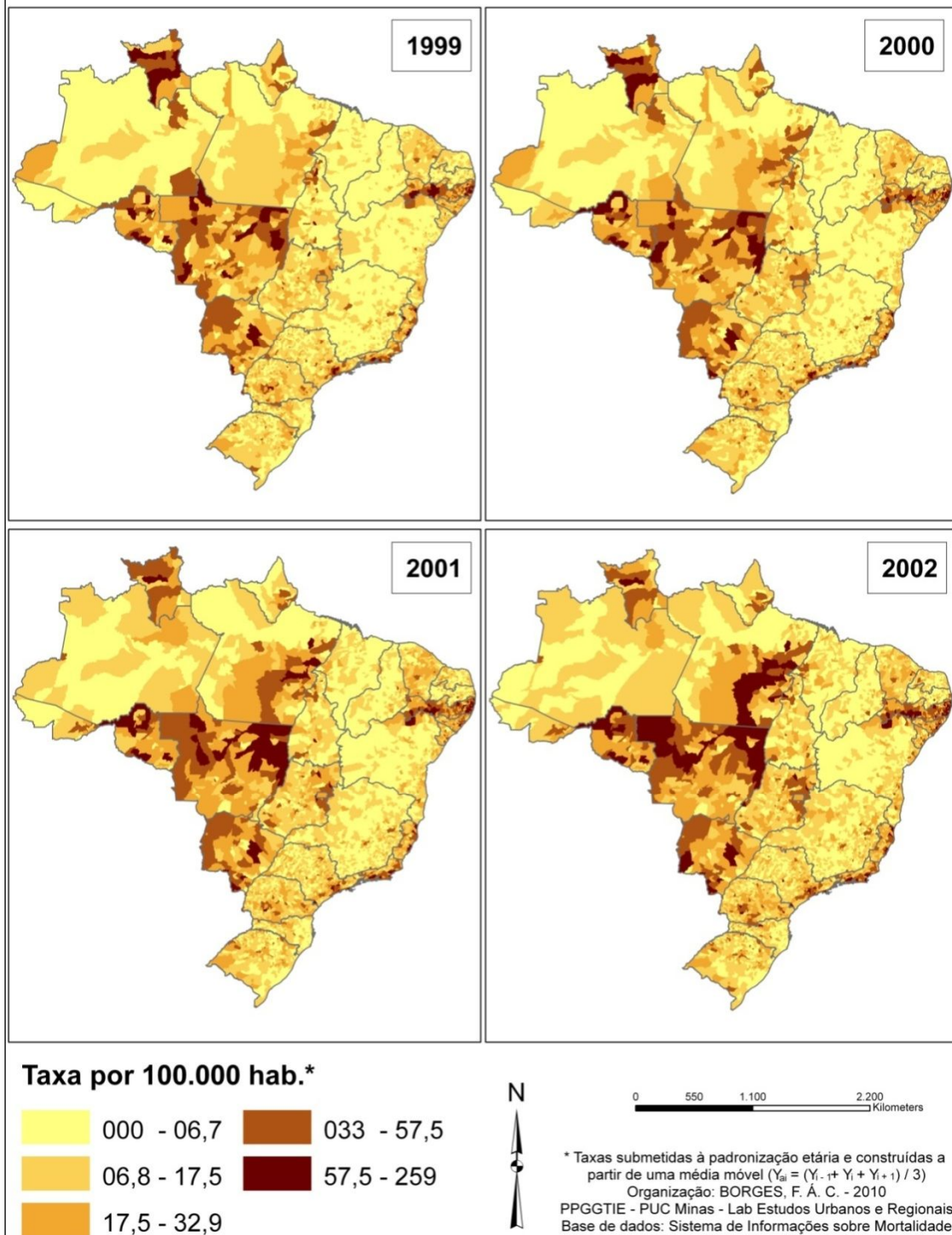


Figura 1 – Mosaico de Mapas da Evolução das Taxas Médias de Homicídios nos Municípios Brasileiros entre 1999 e 2002

Os municípios das regiões fronteiriças obtiveram, ao longo dos anos analisados, altas taxas de mortalidade por homicídio. Tem-se nas fronteiras com Bolívia e Paraguai uma grande quantidade de municípios com altas taxas de homicídio no país.

Também nos municípios que se inserem na dimensão espacial da chamada fronteira agrícola foram encontradas taxas médias de homicídios acima da média nacional. Observa-se um avanço da fronteira agrícola, que faz com que territórios não tão marcados por tal modalidade de criminalidade violenta anteriormente, passem a configurar como áreas de alto risco de mortalidade por homicídio. Ainda pode-se concluir que as taxas médias de homicídios nestas regiões aumentaram durante o período aqui analisado.

Nos municípios dos estados de Roraima e Pernambuco também foram encontradas altas taxas médias de homicídios. No primeiro, percebe-se que a um constante decréscimo das taxas médias em grande parte de seus municípios entre os anos de 1999 e 2004. Todavia, em 2005 e 2006, as taxas novamente se elevam, porém encontram-se mais baixas quando comparadas aos quatro primeiros anos estudados.

Já em Pernambuco, área tradicionalmente marcada pela presença do polígono da maconha e de uma região metropolitana com altos índices de criminalidade violenta, houve acréscimo nas taxas médias de homicídios em grande parte de seus municípios, configurando assim uma área de alto risco de ocorrência de mortalidade por homicídio.

Outros estados muito marcados pela violência homicida no Brasil durante o período analisado são: Rio de Janeiro e Espírito Santo. O estado de Alagoas apresentou um vertiginoso crescimento em suas taxas médias de homicídios e, assim, configura entre os estados mais assolados por homicídios nos últimos anos analisados.

Evolução das Taxas Médias de Óbitos por Homicídio nos Municípios Brasileiros - 2003 a 2006

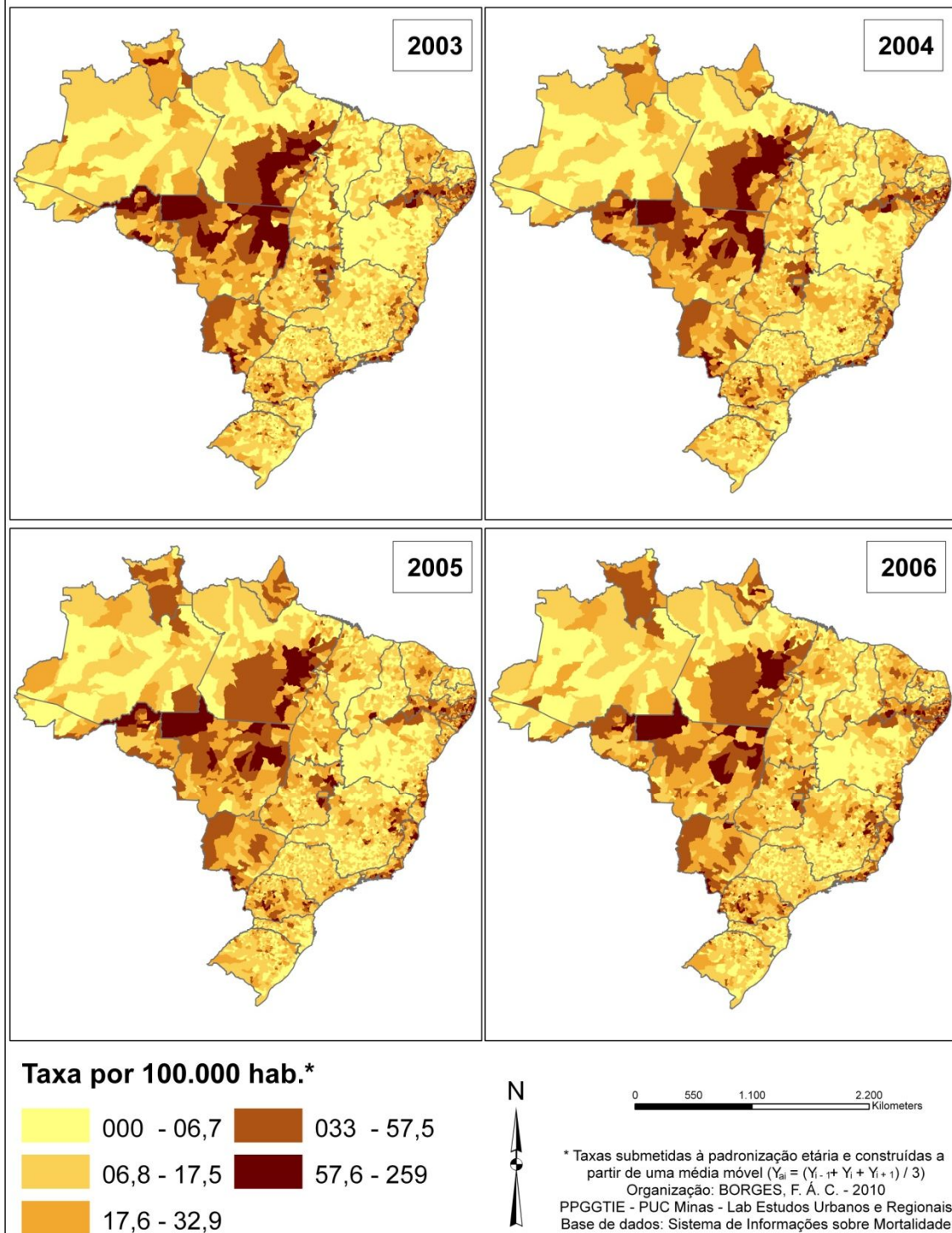


Figura 2 – Mosaico de Mapas da Evolução das Taxas Médias de Homicídios nos Municípios Brasileiros entre 2003 e 2006

As Regiões Metropolitanas também apresentaram altas taxas de homicídio durante o período analisado. Dentre as Regiões Metropolitanas que possuíam as maiores taxas em 1999 estão Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e

Vitória. Entre os anos de 1999 e 2003, a maior parte dos pólos metropolitanos e municípios integrantes do núcleo metropolitano, experimentaram um acréscimo em suas taxas de homicídios. Entretanto, em São Paulo, percebe-se um constante decréscimo nas taxas de homicídios a partir do ano 2000.

A partir de 2002, Maceió, após crescimento vertiginoso em suas taxas, passa a configurar entre as Regiões Metropolitanas de maior risco de mortalidade por homicídio. Percebe-se que a partir de 2003, em grande parte dos pólos metropolitanos e municípios do núcleo metropolitano, ocorre um decréscimo nas taxas médias de homicídios embora continuem figurando entre os espaços mais assolados pelo fenômeno homicida.

Por possuírem grande parte da população brasileira e altas taxas médias de homicídios, o decréscimo das taxas nas regiões metropolitanas do Brasil contribuiu para a diminuição das taxas médias de homicídios do país que, também a partir de 2003, passou a decrescer.

Destacam-se por possuírem baixas taxas médias de homicídio no território brasileiro no período analisado, municípios interioranos de estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí e Amazonas. Entretanto, tais municípios apresentam um crescimento positivo constante nas taxas médias de homicídios, indicando uma interiorização da violência homicida no Brasil como sugere o gráfico a seguir:

Média das Taxas Médias¹ de Homicídios nos Municípios Brasileiros segundo Tamanho Populacional - 1999 a 2006

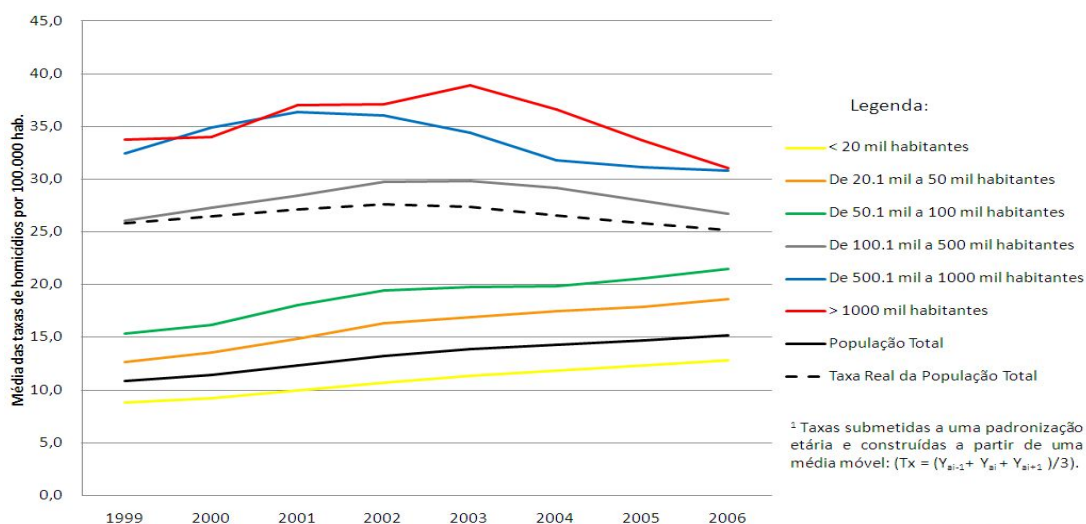


Gráfico 1 – Evolução das médias das taxas médias de homicídio nos municípios brasileiro segundo o tamanho populacional.

O gráfico revela uma diminuição nas médias taxas médias em municípios brasileiros com população maior que 100 mil habitantes a partir dos anos 2001, 2002 e 2003. Assim, o balanço entre taxas que obtiveram crescimentos positivos e negativos nesses municípios indica um decréscimo da atuação do fenômeno nos mesmos.

Todavia, o balanço entre as taxas de crescimentos negativos e positivos de municípios de população menor ou igual a 100 mil habitantes, aponta um aumento da criminalidade homicida em tais municípios.

Em que pesem os municípios com menos de 100 mil habitantes serem grande maioria no Brasil, o crescimento positivo de suas taxas de mortalidade por homicídio faz com que as médias das taxas encontradas para o Brasil aumentem mesmo havendo, a partir de 2002, uma diminuição nas taxas encontradas no Brasil como um todo.

Tendo em vista tais considerações, confirma-se o fenômeno de desconcentração da violência homicida do Brasil, que passa a ter nos municípios de menor contingente populacional um constante crescimento em suas taxas de homicídio ao passo que nas grandes aglomerações urbanas este crescimento é menos expressivo ou negativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise exploratória espaço-temporal dos homicídios no Brasil revelou alguns padrões espaciais de ocorrência do fenômeno. Regiões fronteiriças, áreas tradicionalmente marcadas pela violência e Regiões Metropolitanas mostraram-se bastante afetadas pelo fenômeno.

Embora os municípios interioranos de vários estados apresentem taxas médias de homicídios relativamente baixas, as mesmas vêm sofrendo um constante crescimento ao passo que as grandes aglomerações urbanas, em geral, apresentam uma diminuição em suas taxas.

Percebe-se, então, uma desconcentração do fenômeno homicida que passa a ter maior atuação em áreas de menor população que outrora. Desta forma, os municípios de menor expressão populacional tornam-se cada vez mais vulneráveis a ocorrência de tal modalidade de criminalidade violenta.

Ao analisar diferentes espaços pode-se perceber que o fenômeno não atua de forma homogênea no espaço brasileiro. Fica latente a necessidade de estudos de escrutínio específico para a identificação de fatores que condicionem ou facilitem a ocorrência de homicídios nos municípios brasileiros.

Mais uma vez a análise espacial mostrou-se um importante aliado na identificação de áreas mais propensas à ocorrência de fenômenos criminais, no caso o homicídio, colaborando para uma atuação mais efetiva por parte do poder público no combate a esta nefasta manifestação criminal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. *Cidadania e administração da justiça criminal*. In: DINIZ, E.; LOPES, J.; PRANDI, R. (Org). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Hucitec, 1994. P. 304-327.

ANDRADE, M.V. E. e LISBOA, M.B. "Desesperança de Vida: Homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – 1981 a 1997", in R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

BEATO FILHO. C. C.; *Determinantes da criminalidade em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.13, n. 37, p. 74-89, 1998.

CARVALHO, A.; SALLES, F; GUIMARÃES, M. (org) *Adolescência*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. do N.; *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. 2. Ed. Ver. São Paulo: ABEP, 1994 reimpr. 1998.

DAHLBERG, L. L & KRUG, E. G. *Violência: um problema global de saúde pública*. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 11, Rio de Janeiro, 2006, p. 1166-1178.

DINIZ, A. M. A.; NAHAS, M. I.; MOSCOVIT, S. *Análise espacial da violência urbana em Belo Horizonte: uma proposição metodológica a partir de informações e indicadores georreferenciados*. IN: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. *Encruzilhadas do Planejamento: Anais*; Belo Horizonte, ANPUR, 2003

DINIZ, A. M. A ; VERATTI, D ; LACERDA, E. G. ; HORSTH, G. B. ; BORGES, F. Á. C. . *Homicídios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2007): Uma Abordagem Geográfica*. In: Alcindo José de Sá. (Org.). *Dos Espaços do Medo a Psicoesfera da Civilidade: A premência de uma nova Economia Política Territorial*. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, v. 1, p. 339-358.

DURKHEIM, É.; *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995

EHRlich, I.; Crime, Punishment, and the Market for Offenses. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 10, p. 43-67, 1996.

FÉLIX, S. A.; *Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP Marília Publica, 2002.

KLEINSCHMITT, S. C., WADI, Y. M., STADUTO, J. A. *Evolução Espaço-Temporal dos Homicídios no Estado do Paraná*. REBESP, Goiânia, n. 3, v. 4, p. 16 - 27, jan/jul. 2010

LACERDA, E. G.; HORSTH, G. B.; DINIZ, A.M.A.; *Análise espaço-temporal da criminalidade violenta em Minas Gerais entre 1999 e 2004, por meio dos registros de ocorrência da Polícia Civil*. In: LOBATO, W.; SABINO, C. V. S.; ABREU, J. F. (Org). *16º Seminário de Iniciação Científica, Destaques 2008*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2009, p 417-442.

LIMA, M. L. C. SOUZA, E. R.; XIMENES, R.; ALBUQUERQUE M. F. P. M.; BITOUN, J.; BARROS, M. D. A. *Evolução de homicídios por área geográfica em Pernambuco entre 1980 e 1998*. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n.4, p. 462-469, ago. 2002.

MACEDO, A. C.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da e COSTA, M. da C. N. *Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil*. Rev. Saúde Pública, v. 35, nº6, 2001, p. 15-22.

MELLO JORGE, M. H. P. de; KOIZUMI, M. S. e TONO, V. L. *Causas Externas: o que são, como afetam o setor saúde, sua medida e alguns subsídios para a sua prevenção*. Rev. Saúde, v. 1, nº 1, 2007.

MIETHE, R. D.; HUGHES, M.; MCDOWALL, D. *Social Change and crime rates: an evaluation of alternative theoretical approaches*. *Social Forces*, v. 70, p. 165-185, 1991

NÓBREGA, J. M. *A queda da desigualdade de renda no Brasil e os homicídios na Região Nordeste*, Revista Espaço Acadêmico, nº 98, julho de 2009, ano ix, p 72-80.

NÓBREGA, J. M. *Os Homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas (Tese de Doutorado)*, UFPE, Recife, 2010

PERES, M. F. T., CARDIA, N., NETO, P. M., SANTOS, P. C., ADORNO, S. *Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil*. Revista Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health v. 23(4), 2008

PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. *Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo*, Revista de saúde pública, 2005, v. 39 (1), p: 58 - 66

SANTOS, J. E. F. *Homicídio entre Jovens de uma Periferia de Salvador, Bahia: um relato de experiência sobre a violência e o desenvolvimento humano*. Rev. Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, v. 17, nº 3, 2007, p. 72-83.

SCHRAIBER, L. B; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. e COUTO, M. T. *Violência e Saúde: estudos científicos recentes*. Rev. de Saúde Pública, v. 40, 2006, p. 112-120.

SOARES FILHO, A. M.; SOUZA, M. F. M.; CARVALHO, C. G.; MALTA, D. C.; ALENCAR, A. P.; SILVA, M. M. A.; NETO, O. L. M. *Análise da mortalidade por homicídios no Brasil*. Epidemiologia e Serviços de Saúde 2007; v. 16(1) p. 7 – 18

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G.; SILVA, C. M. F. P.; *Violência no Município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos*. Rev Panam Salud Publica; 1997;1(5):389–98

SZWARCWALD, C. L., BASTOS F. I., VIACAVA F., ANDRADE C. L. T., *Income inequality and homicide rates in Rio de Janeiro, Brazil*. Am J Public Health, 1999; v.89(6):845–50

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. 151 p. 2010.

ZALUAR, A. *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.